



Nuno Costa Santos

Contra a Ditadura da Calúnia

Os Açores devem um agradecimento à escritora, investigadora – e presidente do PEN Clube Português – Teresa Martins Marques e ao escritor, crítico e tradutor Ernesto Rodrigues.

Foram eles que desfizeram a equívoca acusação, desenhada no Expresso, que António Valdemar fez ao escritor Pedro da Silveira, redactor da revista “Seara Nova” até 1974 e director de serviços da Biblioteca Nacional, de que este havia sido informador da PIDE.

Ser acusado post mortem de ser bufo da PIDE é assunto grave e para o fazer é preciso ter uma fundamentação rigorosa para tal. Não aconteceu. E assim se difundiu a injúria a um cidadão corajoso e empenhado em lutar contra a ditadura. Teresa Martins Marques desconfiou da consistência da acusação e entusiasmou Ernesto Rodrigues a fazer uma pesquisa séria. O resultado é um serviço à cultura e a à decência. António Valdemar e o jornal já pediram desculpa pelo sucedido.

A partir de casa, num sábado, o dia em que saiu o artigo, provaram Teresa e Ernesto, recorrendo à pesquisa de quem se dedica a estas matérias, que Pedro da Silveira é um pseudónimo de Duarte Gusmão, ele sim um informador da polícia política que, a partir do Brasil, dava informações de reuniões de grupos no exílio ligados ao General Humberto Delgado e ao Capitão Henrique Galvão.

Quando o Expresso publicou a suposta caixa, a “notícia” foi postada por várias figuras, algumas delas com credibilidade, nas suas páginas pessoais de internet. O que só espalhou, o que só propagou a inverdade, provando mais uma vez que as redes sociais são inimigas da prudência que é preciso ter em assuntos como este. Houve quem tivesse comprado logo a notícia e houve quem a tivesse comentado com as sentenças condenatórias do instante. O ambiente de café no seu pior.

A acusação feita por António Valdemar, agora eliminada, vem acompanhada de uma fotografia do florentino, autor de “A Ilha e o Mundo”, e de outra de uma placa recém-colocada na casa onde Pedro da Silveira viveu em Campo

de Ourique, gesto que é fruto do esforço abnegado do infatigável Vasco Rosa, sempre generoso no destaque dado aos escritores açorianos. Ocorre mesmo antes da comemoração do centenário do nascimento do escritor, “o mais ocidental poeta europeu”, como é chamado num texto de Urbano Bettencourt, mestre de todos os que se interessam pela causa cultural açoriana, capaz de animar, através do jornal A Ilha, nos anos 40 do século passado, a vida intelectual da cidade de Ponta Delgada e de todo o arquipélago. Poderia prejudicá-la. Poderia manchá-la mas não vai acontecer. Ainda vai ganhar mais força e mais pertinência. Porque se combateu a calúnia. E foi reposta a verdade.

Semanas de Estudo

De há uns anos para cá, tenho circulado bastante nos Açores. E vou aprofundando cada vez mais um sentimento: o de que fazemos todos parte do mesmo chão. Uma ilha extensa em fragmentos. Um mesmo corpo, diverso, com gente distinta, mas que faz parte do mesmo sítio, irregular, rico, que se vai complementando dentro de si com essas diferenças todas. Com a facilidade de circular, hoje, é possível também uma pessoa, na viagem, já não saber em que ilha está. Talvez seja esse um das metas: um açoriano perder-se no arquipélago. E ficar apaziguado por saber que está sempre em casa.

Nestas semanas, estive por duas vezes no Faial – e uma em São Miguel – para botar palavra sobre cultura. Numa delas fui convocado por José Luís Neto, director do Museu da Horta desde Outubro do ano passado, para falar do tema “a Horta e a literatura”, na primeira edição de uma iniciativa chamada Tertúlias do Arriaga. Momento bom, resultando em desenlaçada conversa.

Fui saltitando entre notas, lembrando o Vitorino Nemésio de “Corsário das Ilhas”; que escreveu uma frase que, só de lida, deixa água na boca: “Gosto da Horta como de nêspers!”, o João de Melo de “O Segredo das Ilhas”: “O viajante está agora na cidade da Horta, que é para se ver de

cima, do Monte da Espalamaca, não há maior ecrã gigante, ali cabem uma graciosa Avenida Marginal, a marina, o Monte da Guia, as muralhas do Forte de S. Sebastião e, inevitavelmente o olhar é capturado pelo pico do Pico, pensa-se estar confrontado com um panorama genesiaco, mas o bulício da Horta chama-nos à realidade”. O Joel Neto, de “Meridiano 28”, a sua incursão pela Segunda Guerra Mundial nos Açores e os anos em que ingleses e alemães coexistiram em paz num cenário feito de hidroaviões e cabos submarinos. E o Mário Machado Fraião, autor de “As Ruas Demoradas” (edição do Instituto Açoriano de Cultura), com uns versos através dos quais sobrevoamos, como garajaus, a Horta marinha e ouvimos “Todas as Filarmónicas Perdidas e um Poema por Dizer”. Ler o Mário é, já o escrevi, olhar para a montanha em frente e escutar a voz do seu pai, Mário Frayão: “Meu pai falava/ encostado à janela frontal ao Pico/ - Acerca destas ilhas é que deves escrever”. Faço-me também destinatário do conselho. Acerca destas ilhas é que devo escrever.

Voltei, uma semana depois, à mesma casa Manuel de Arriaga para a terceira edição de 2021 das Semanas de Estudo, que foram criadas nos Açores no início dos anos 60 do século passado e reactivadas por estes dias.

Depois de duas sessões, uma em Angra do Heroísmo e outra na Praia da Vitória, realizou-se na semana passada uma sessão na cidade da Horta, organizada pelo Instituto Açoriano de Cultura e pelo Azores 2027 - candidatura de Ponta Delgada/Açores a Capital Europeia da Cultura, com o tema “A Cultura Daqui a Dez Anos”, na qual participaram vozes das artes, da educação e do associativismo: Miguel Machete, Aurora Ribeiro, Hildeberto Peixoto e Maria do Céu Brito. Decisivo foi o embaixador do Azores 2027 no Faial para a organização do evento. E assim se vai cumprindo um dos desígnios das Semanas de Estudo. Constituíram, sabe-se, sempre um fórum independente de reflexão e de discussão de inúmeras temáticas e contribuíram, desde o início, para cultivar espírito crítico e criar no arquipélago a consciência de unidade regional..



Teresa Nóbrega

Acessibilidade para todos

Já aqui nos manifestamos sobre um dos grandes erros cometidos em Ponta Delgada e na maioria das cidades portuguesas, que foi o de desfigurar a sua identidade copiando a calçada lisboeta, erro cometido por tantos municípios que esta calçada acabou por tomar o nome de calçada portuguesa. Abordamos então o assunto apenas numa perspectiva de identidade cultural, histórica e arquitectónica e não nos referimos a outro aspecto, talvez de maior importância. O das acessibilidades com conforto.

Num dos debates televisivos durante as recentes eleições autárquicas com os candidatos à Câmara Municipal de Lisboa, o presidente da autarquia abordou o tema da mobilidade pedonal dos cidadãos, pondo em causa a tradicional calçada identitária daquela cidade capital da República.

Fernando Medina defendeu a substituição da calçada tradicional da sua cidade por pavimentos lisos, confortáveis e seguros, considerando que o que está em causa não é uma questão arquitectónica mas uma questão de mobilidade e um direito de cidadania. O piso das vias pedonais não tem de ser um espaço decorativo e muito menos uma obra de arte. Mas tem de ser confortável e seguro, permitindo a acessibilidade pedonal esquecida nos últimos tempos a favor das ciclovias. Uma ideia que mereceu o consenso de todos os candidatos.

Por cá todos conhecemos o desconforto das nossas zonas pedonais, nomeada-

mente na cidade de Ponta Delgada, que não foram construídas para dar conforto e segurança aos utentes, pelo contrário, prevaleceu o conceito decorativo e exótico. Um conceito arquitectónico, estranho à nossa realidade geológica e que adultera a nossa identidade, sobrepôs-se à comodidade dos cidadãos.

O exemplo mais gritante acontece na zona litoral, onde uma confortável ciclovia contrasta com a desconfortável calçada reservada aos peões.

Mas o caso é muito mais grave do que isso, porque a calçada portuguesa dificulta, e até impede, a acessibilidade a pessoas de mobilidade reduzida, que não usufruem da sua cidade. É quase impossível um deficiente motor circular em cadeira de rodas na cidade de Ponta Delgada. Isto para além das dificuldades que se apresentam à mobilidade da população mais idosa e ao desconforto para todos. A urbe tem de ser uma entidade sem barreiras que impeçam o acesso a tudo o que uma cidade tem para oferecer.

Neste render de guarda é necessária coragem para romper com os erros do passado. A chamada calçada portuguesa já começou a ser substituída em muitas cidades portuguesas por pavimento liso. Granito no norte do país e o nosso basalto serrado na Ribeira Grande, pavimento muito bem escolhido para a requalificação do Largo do Colégio em Ponta Delgada. Quando até a cidade de origem da calçada à portuguesa quer mudar...